

UM MEIO ALTERNATIVO PARA AS COMUNIDADES RURAIS A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTEXTUALIZADA

ARETUZA CANDEIA DE MELO

Doutora em Recursos Naturais pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN) da Universidade Federal de Campina Grande - PB. Mestre em Teoria da Região e Regionalização pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - Recife/PE. Professora Titular do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - Campina Grande - PB. tuzacm@gmail.com

GT-1 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL - (Comunicação Oral)

Resumo

Este artigo propõe algumas reflexões sobre as técnicas agropastoris (broca e queimada, destocamento, preparo do solo (lavra) e semeadura) utilizadas de forma inadequada pelos agricultores, em especial nos municípios de São Mamede e Patos, localizados no Estado da Paraíba. O objetivo deste é promover e divulgar a aquisição de conhecimentos na perspectiva da Educação Ambiental Contextualizada tradicional, para a compreensão da estrutura do meio rural compatível com a realidade vivenciada pelo campesino, relativo ao comportamento, relação e atitude amparado sob o meio ambiente do paradigma sustentável. A metodologia empregada embasou-se no método empírico-analítico utilizado por Gil (1999) e a técnica utilizada nesse estudo foi a exploratório-descritiva, baseada na pesquisa bibliográfica, documental e de campo (SAMPIERI, et. al., 2006). Os resultados demonstram que as técnicas utilizadas e praticadas por estes atores sociais, se fazem sentir, principalmente nos recursos naturais, intensificando a degradação das terras, especialmente quando os solos, por meio da exploração da cobertura vegetal, mau uso do solo e recursos hídricos. A fim de aprofundar ainda mais as questões ligadas à relação entre o meio rural, as comunidades e impactos causados por meio de propostas ambientais, numa contextualização fomentada na forma de lidar e conviver com a seca e a terra sem desistir deste meio (evitando o êxodo rural), através de alternativas regionais e/ou locais, baseadas em trabalhos educacionais por meio das experienciais vivenciadas pelo o homem do campo, através da troca de conhecimento e experiências, cuja operacionalidade deve estar inserida sob o prisma da Sustentabilidade.

Palavras chave: Educação. Contextualizada. Degradação.

Introdução

As degradações ambientais decorrentes no meio rural do Semiárido Brasileiro (SAB) são sistemas complexos, nos quais intercedem processos de diversas racionalidades, sejam elas naturais ou antrópicas, ordens de materialidade e escalas

espaço-temporais, que se expressam através do confronto da desordem causada pela interferência humana, pois provocam impactos e rupturas no espaço rural.

Para Santos (2007), o território rural deve ser entendido como uma expressão, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente, desenvolvidas e contextualmente espacializadas, incluindo sua perspectiva ambiental. Estes apresentam grande diversidade, com fortes características identitárias e isto envolvendo diferentes escalas;

Há alguns anos atrás, as vantagens comparativas quanto à capacidade de uso e ocupação da terra eram, especialmente, potencialidades regionais e/ou locais que seriam providas por recursos naturais e culturais diversificados que normalmente reverteriam em complexas especializações produtivas. Atualmente intensificam a perspectiva das vantagens competitivas e estas dependem da capacidade organizacional dos lugares e regiões, na perspectiva de uma Educação Ambiental Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, o que se transfigura efetivamente no paradigma do desenvolvimento sustentável.

O sentido atribuído a Educação para a Convivência com o Semiárido (uma pedagogia da vida) está no fato de poder contribuir para que as pessoas assumam uma nova postura diante do meio em que convivem e de que, nesta busca do (re)conhecimento de si (como sujeito histórico) e do lugar (como reflexo dessa história), possam intervir e transformar a ambos (IRPAA, 2003, p.11).

Para a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB, 2004):

A Educação Contextualizada e para Convivência com o Semiárido não pode ser entendida como um espaço do aprisionamento do saber, ou ainda na perspectiva de uma educação localista, mas como aquela que se constrói no cruzamento cultura-escola-sociedade, ou seja, grupal e multifuncional. A contextualização neste sentido não pode ser entendida apenas como a inversão de uma lógica curricular construtora e produtora de novas excludências (p. 13).

A construção dos arranjos institucionais nos territórios rurais, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT, 2006 apud SAQUET, 2010), para a formulação de Políticas Públicas Ambientais referentes a projetos de Educação Ambiental Contextualizada para áreas rurais, segue quatro etapas básicas:

1ª - Definição do foco sobre o qual se quer construir o manejo do solo. Importância da construção da visão de futuro, o diagnóstico do território rural e a definição dos eixos de desenvolvimento, definição de forma clara o foco das diversas ações, programas e projetos para o desenvolvimento territorial rural sustentável e definição dos eixos aglutinadores de desenvolvimento.

2ª - Leitura do quadro institucional local. Elencar os potenciais parceiros que poderão atuar no território rural de forma coordenada e cooperada. Nesse elenco, entram iniciativas em nível municipal, estadual, regional e até nacional, que poderiam contribuir com o desenho. Implementação, monitoramento e a avaliação dos diversos programas e projetos em cada eixo de desenvolvimento que compõe o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

3ª - Diálogo com/entre os agentes sociais e políticos. Promover o diálogo e a negociação com eles e entre eles, que deve se efetivar com base no foco das iniciativas e, também, com base nas potencialidades e limites de cada um.

4ª - Operacionalização dos arranjos institucionais. Os arranjos só se estruturam durante o processo de desenvolvimento. É aí que começa a haver as dificuldades de comunicação e que se explicitam as divergências entre atores; é nesse momento que a disputa e a competição podem minar as bases da confiança e da cooperação. Só irão valer e atingir o intento desejado se eles forem vistos como processos permanentes de concentração, diálogo e transparência.

Percebe-se que na aplicação destas etapas num Projeto de Política Territorial Ambiental na perspectiva de uma Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido fica instituído um desafio que se edifica no âmbito público não-estatal, que abrange a formação de novas estruturas institucionais para tornar possível a participação e a co-gestão da sociedade rural nas decisões públicas na esfera ambiental, sob uma visão sustentável e cooperativista.

No entanto, o objetivo central deste trabalho foi o de promover e divulgar a aquisição de conhecimentos na perspectiva da educação ambiental contextualizada formal/tradicional, para a compreensão da estrutura do meio rural compatíveis com a realidade vivenciada pelo homem campestre, relativo ao comportamento, relação e atitude amparado sob o meio ambiente na perspectiva do paradigma sustentável.

Metodologia

A metodologia empregada embasou-se no método empírico-analítico utilizado por Gil (1999). Este método resultou de um levantamento teórico e visual da paisagem entre os Municípios de Patos e São Mamede ambos no Estado da Paraíba, oportunizando a observação, interpretação e análise do espaço rural destas áreas, relacionado à degradação ambiental, no qual se buscou descrever os atributos do

desmatamento, assoreamento dos corpos d'água e o processo de desertificação ocasionado pela ação do homem sobre este ambiente.

Esse se caracterizou pela pesquisa de campo de natureza generalizada semi-detalhada, realizada entre o mês de março e abril de 2014, com um total de cinquenta atores sociais camponeses, no qual se buscou compreender o conhecimento e as derivações práticas de sobrevivência e convivência com o Semiárido, e até que ponto estes sabem lidar com a terra sem degradar e impactar principalmente o solo agricultável.

A análise sob o método empírico-analítico seguiu numa projeção da educação ambiental contextualizada, na qual foi realizada na Associação da Comunidade Rajada em São Mamede (com onze agricultores) e no Assentamento Patativa do Assaré (com trinta e nove assentados) no Município de Patos-PB, totalizando cinquenta pessoas, sob a forma de palestras e oficinas. A técnica utilizada nesse estudo foi a exploratório-descritiva, baseada na pesquisa bibliográfica, documental e de campo (SAMPIERI, et. al., 2006).

O presente trabalho procurou verificar se é possível instituir uma Educação Ambiental Contextualizada formal e ou tradicional com estes que vivem no meio rural, cuja operacionalidade é ensinar e preparar estes atores através de procedimentos de um caminho alternativo diante da Educação Ambiental com base no paradigma da sustentabilidade, reservando-se as potencialidades regionais locais não apenas dessas duas comunidades rurais.

Análise dos Resultados

A organização da Comunidade do Rajado e do Assentamento Patativa do Assaré apresentam sua estrutura fundiária complexa, marcada pela presença de uma produção mista, porém significativa para os proprietários/agricultores/assentados e impactante para o ambiente. A maior parte destas terras está ocupada por pastagens, precedida da derrubada da vegetação; atividade produtiva que intensifica a degradação do ambiente, quando não praticada adequadamente.

Quando questionados sobre as técnicas aplicadas os mesmos afirmaram que não utilizam a rotação de culturas, ainda empregam a técnica de queimadas com grande intensidade, investe-se pouco capital e mão de obra, gerando baixos rendimentos. As culturas agrícolas estão associadas, de modo rudimentar, à criação de gado. Pode-se observar como essas duas instituições rurais utilizam as técnicas agropastoris, quando

estes relatam que não tem nenhum conhecimento de métodos alternativos para minimizar o impacto ambiental.

Dentro de uma análise comparativa pode-se perceber que tanto a Comunidade do Rajado e o Assentamento Patativa do Assaré apresentaram percentuais similares quanto às técnicas utilizadas. A Comunidade do Rajado apresentou os seguintes dados, conforme o gráfico acima: 88% utilizam broca e queimada; 79% realizam o destocamento; 94% disseram que fazem o preparo do solo (lavra); e 87% afirmaram que fazem uso da sementeira. O Assentamento Patativa do Assaré apresentou os seguintes percentuais: 72% fazem o uso da broca e queimada; 81% relataram que fazem o destocamento; 92% fazem o preparo do solo (lavra); e 97% relataram que utiliza a técnica da sementeira.

O percentual de entrevistados entre uma comunidade e outra foi bastante significativo, já que no Rajado apresentou apenas 11 agricultores fizeram parte da pesquisa, enquanto o Patativa do Assaré teve uma representação de 39 assentados, ou seja, três vezes mais o público alvo, quando comparados. Pode afirmar que o Patativa do Assaré provoca muito mais danos ambientais do que o Rajado, em decorrência da aplicabilidade destas técnicas.

Quando questionados sobre a concepção da degradação ambiental, que vem ocorrendo nas áreas ocupadas por estes, os mesmos relataram que tem conhecimento do empobrecimento e a perda de solo e de terra. Comumente os mesmos disseram que precisam das mesmas, pois é dela que eles buscam retirar o sustento da família.

Na concepção destes agricultores, o mau uso dos recursos naturais leva a degradação das terras em ambas as comunidades investigadas, e as principais causas, por ordem de intensidade são: exploração da cobertura vegetal (59%), mau uso do solo, (31%) e dos recursos hídricos (10%). Reconhecem que a vegetação está associada ao solo e que o desmatamento favorece o carreamento de sedimentos, provocando o assoreamento dos corpos de água, levando a um processo de núcleos de desertificação.

O desmatamento de áreas para o cultivo agrícolas e de pastagens, que leva à destruição e/ou redução da fauna e flora nativas; o pisoteio intensivo do gado e a utilização das queimadas, ocasionam o empobrecimento do solo, o aumento da degradação, as perdas de nutrientes, a redução na capacidade de infiltração da água devido à compactação dos solos; a aração do solo para cultivos agrícolas, que em caso de chuvas concentradas como na região estudada facilitam a contaminação, a lixiviação e a formação de erosão laminar, ravinas, sulcos e voçorocas, com o transporte do

material sedimentar, ocasionando o assoreamento dos corpos de água (Relato dos entrevistados das duas comunidades investigadas).

Com base nos resultados e discussão deste trabalho empírico, investigativo e observacional propôs os seguintes paradigmas a serem realizados de modo operacional na Comunidade do Rajado e no Assentamento Patativa do Assaré, no qual dispomos a trabalhar numa projeção de uma Educação Ambiental Contextualizada, numa perspectiva de sociabilizar esses atores sociais, além de integrar e interagir sob a ótica do paradigma do Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com a ASA (2010), a Educação Contextualizada para o Semiárido significa:

Uma educação que, partindo e valorizando a realidade onde as pessoas vivem e se inserem, construa conhecimentos para melhorar a realidade e torná-la mais desenvolvida. A Educação Contextualizada para convivência com o semiárido trabalha na perspectiva de uma educação que respeite e valorize os contextos, as identidades, a cultura e diversidade dessa região (p. 45).

Pode-se destacar comumente baseado nos trabalhos realizados por Silva (2007), as seguintes propostas a serem aplicadas nas comunidades referenciadas, fomentando através do conhecimento e desenvolvimento:

- Os saberes e as práticas são ações culturais relacionadas à forma de conceber, compreender, difundir e intervir numa dada realidade socioambiental.
- A capacidade criativa e criadora dos seres humanos possibilita o desenvolvimento de alternativas para a satisfação de necessidades.
- É inegável a importância da ciência e da tecnologia na busca de superação de limites: práticas, métodos e instrumentos que facilitam as diversas atividades culturais de modificação do espaço.
- O conhecimento é um instrumento fundamental para promover melhorias nas condições de vida da população local e para aumentar a produtividade econômica no Semiárido.
- Os aspectos culturais são claramente perceptíveis na trajetória de ocupação e nos modelos de intervenção no Semiárido, desde a colonização com a negativização do ambiente Semiárido.
- O combate à seca, a modernização econômica e a convivência com o Semiárido são também orientações culturais.
- A descontextualização explica o fracasso de algumas das concepções e políticas de intervenção no Semiárido.

- A convivência com o Semiárido reinterpreta os significados da sustentabilidade a partir da construção e experimentação de alternativas apropriadas (base de conhecimentos e tecnológica) e da aprendizagem para a convivência e valorização das especificidades ambientais (base sociocultural e educativa).

Portanto, o referido autor destaca que a educação deve ser orientada para o contexto socioambiental da Região Semiárida, tomando como base quatro dimensões contextualizadas:

1. *Democratização*: objetivos do desenvolvimento com o esforço gigantesco de democratizar o ensino, de levar a instrução mais profundamente até a base da pirâmide demográfica e de trazer as práticas científicas ao alcance do homem do meio rural;
2. *Educação*: instrumento de reabilitação da dignidade, da grandeza e das virtudes da população, estimulando atitudes e aptidões de cooperação para o bem comum, atenuando a tendência competitiva e individualista;
3. *Contextualização*: integração da escola na vida da comunidade, evitando a uniformização dos programas escolares que desconsidera as condições regionais e o modo de vida da população local;
4. *Aprendizagem participativa*: educação voltada para a realidade, superando o ensino demasiado intelectual e deficiente de valores e distante da vivência da realidade.

Para Küster & Marti (2010), essas dimensões estão vinculadas a um aspecto social, revelando a necessidade de haver uma tentativa de uniformidade para que as dimensões rurais possam se inter-relacionar e promover o desenvolvimento em todos os setores no objetivo de contribuir para que a sociedade também se desenvolva. Gliessman (2005) reconhece, entretanto, a natureza rural como sistêmica, dinâmica e multidimensional da atividade agrícola sustentável, a qual deve compatibilizar as seguintes condições:

- a. *Viabilidade ecológica*: manejo racional, eficiência, disponibilidade e regeneração dos recursos;
- b. *Viabilidade social*: qualidade de vida, satisfação salarial, diversidade cultural, preços justos do produto, qualificação do trabalhador, sistema econômico igualitário e estrutura política democrática;
- c. *Viabilidade econômica*: geração e distribuição de renda.

A terminologia Educação para a Convivência com o Semiárido pode esconder uma multiplicidade de significados, que refletem as disputas de diferentes interesses

sociais, econômicos e políticos, assim como uma disputa pelo próprio significado hegemônico do conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento rural sustentável.

Conclusões

Conclui-se que os principais problemas da atualidade na Comunidade Rural da Rajada (São Mamede-PB) e do Assentamento Patativa do Assaré (Patos-PB) não podem ser entendidos isoladamente, mas de forma sistêmica, por meio da implementação da Educação Ambiental Contextualizada numa perspectiva grupal-comunitária rural, para que os agricultores/assentados possam trocar experiências práticas de como conviver e lidar no Semiárido com alternativas técnicas sustentáveis repassadas entre pessoas e grupos.

Esta alternativa precisa ser vista como diferentes facetas de uma mesma crise que afeta não só estas áreas, mas o Semiárido como um todo, em decorrência da falta de propostas técnicas representadas pela própria comunidade rural (associação e cooperativas), além de pesquisadores, ONG's, poder público entre outros, abortando a projeção de uma região inadequada para viver, conviver e retirar da terra a sobrevivência.

As soluções requerem uma mudança radical de percepção sob a prática de uma Educação Ambiental Contextualizada, de pensamento e de valores pelos mais variados meios. Partindo do ponto de vista sistêmico, as únicas soluções viáveis são as sustentáveis, sendo o grande desafio criar comunidades sustentáveis – ambientes sociais e culturais onde se podem satisfazer as necessidades e aspirações sem diminuir as desses povos permanecerem no campo.

Referências

ASA. Articulação do Semiárido. *Programa de Formação Social e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: um Milhão de Cisternas Rurais*. Recife. 2 ed. 2010.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 3 ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

IRPAA. *Referencial Curricular de Educação para Convivência com o Semiárido*. Juazeiro: Bahia: 2003.

KÜSTER, A. & MARTI, J. F. *Políticas Públicas Para o Semiárido: experiências e conquistas no Nordeste do Brasil*. Fortaleza-CE: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

RESAB. Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. *Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro - Reflexões Téorico-Práticos da RESAB*. Juazeiro-BA: SeloEditorial, 2004.

SAMPIERI, R. H; et al. *Metodologia de Pesquisa*. 3 ed. São Paulo-SP: McGraW-Hill, 2006.

SANTOS, R. R. A Territorialização do Capital e as Relações Camponesas de Produção. Campo-Território. *Revista de Geografia Agrária*. V. 2, Nº. 3. Presidente Prudente-SP: UNESP, fevereiro, 2007. p.40-54.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, R. M. A. A Sustentabilidade do Desenvolvimento e a Convivência com O Semiárido Brasileiro. *Anais. XIII CISO. Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste*. Recife-PE, 2007.